



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.ª SL

Aos 24 dias do mês de abril de 2019, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*1. Informações;*

*2. Apreciação e votação da ata n.º 165, de 16 de abril;*

*3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2082/XIII/4.ª, do BE - «Recomenda o Investimento nas farmácias hospitalares dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde», 2092/XIII/4.ª, do CDS-PP - «Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para um efetivo investimento nas farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde», 2102/XIII/4.ª PSD - «Recomenda ao Governo a contratação dos profissionais em falta nos Serviços Farmacêuticos Hospitalares do Serviço Nacional de Saúde» e 2114/XIII/4.ª PCP - «Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de Investimento nas Farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»;*

*4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita audição do Coordenador do Grupo Técnico Independente (GTI) constituído pelo Governo, através do Despacho n.º 9317/2017, de 23 de outubro, destinado a avaliar os Sistemas de Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde, a fim de obter esclarecimentos sobre as conclusões e recomendações do respetivo Relatório Final.*

*5. Outros assuntos.*

*15:30 Audição conjunta dos responsáveis do serviço de pediatria e da urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta, requerida pelo PSD, para obter esclarecimentos acerca das atuais condições de funcionamento, «em especial no seu serviço de pediatria e na urgência pediátrica e, bem assim, conhecer as medidas tomadas para garantir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados às crianças e jovens que ali acorrem».*

---

#### 1. Informações

O Vice-Presidente, Deputado Moisés Ferreira, assumiu a presidência da reunião, informando ter a CAE pedido parecer à Comissão de Saúde sobre o Relatório



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.ª SL

«Portugal na União Europeia – 2018», que, de acordo com a grelha de distribuição, caberá ao PS. O PS indicou o Deputado João Gouveia para o elaborar.

O Deputado Ricardo Batista Leite pediu informação sobre o requerimento do PSD, que solicitava «o documento enviado pelo Governo ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda no âmbito do processo legislativo de aprovação da Lei de Bases da Saúde», e que remeteu à Coordenadora do GT, Deputada Carla Cruz.

O Presidente em exercício disse não existir qualquer documento de trabalho enviado pelo Governo à AR, dando de seguida a palavra à Deputada Carla Cruz, que deu conta de ter remetido o requerimento ao Presidente da Comissão, por entender que enquanto Coordenadora do GT não lhe cabia pedir documentos ao Governo, devendo ser a Comissão a fazê-lo.

O Deputado Ricardo Batista Leite apelou a que o pedido seguisse de imediato para o Governo, tendo o Presidente em exercício dito que iria proceder-se ao seu encaminhamento.

#### 2. Apreciação e votação da ata n.º 165, de 16 de abril

Neste ponto da ordem do dia o Presidente assumiu a condução dos trabalhos.

A ata n.º 165, de 16 de abril, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2082/XIII/4.ª, do BE - «Recomenda o Investimento nas farmácias hospitalares dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde», 2092/XIII/4.ª, do CDS-PP - «Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para um efetivo investimento nas farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde», 2102/XIII/4.ª PSD - «Recomenda ao Governo a contratação dos profissionais em falta nos Serviços Farmacêuticos Hospitalares do Serviço Nacional de Saúde» e 2114/XIII/4.ª PCP - «Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de Investimento nas Farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»

A discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 2082/XIII/4.ª BE, 2092/XIII/4.ª CDS-PP, 2102/XIII/4.ª PSD e 2114/XIII/4.ª PCP foi feita em conjunto, visto tratarem a mesma temática, e ocorreu nos termos seguintes:

O Deputado Moisés Ferreira acentuou a importância das farmácias hospitalares, que cumprem funções muito relevantes, sendo que existem inúmeras dificuldades no seu



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.º SL

funcionamento em muitos hospitais, quer por falta de profissionais, quer por falta de investimento. Assim, o BE faz um conjunto de recomendações ao Governo, que passam pelo levantamento das necessidades em matéria de recursos humanos, investimento em equipamentos e melhoria das instalações, pela autorização para contratações de profissionais e garantia de dotação para os investimentos, bem como abertura de vagas para a residência farmacêutica.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu que o CDS-PP entende, perante as denúncias de dificuldades no funcionamento dos serviços farmacêuticos em vários hospitais, designadamente por falta de profissionais, que aliás foram objeto de discussão aquando da audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, que a situação é grave e preocupante, pelo que recomenda ao Governo que seja feito o levantamento das necessidades em matéria de recursos humanos e contratados os profissionais em falta, que sejam feitas as obras de requalificação que se impõem, que se realizem os investimentos necessários, que seja assegurado que não fique em causa a segurança no circuito do medicamento 24 horas por dia e que se proceda à abertura de vagas para a residência farmacêutica.

A Deputada Ana Oliveira disse que o que a surpreende é que o PS não apresente qualquer iniciativa sobre esta questão, pois não reconhece o problema. Quanto ao BE e PCP, que apresentam iniciativas, são corresponsáveis pelos orçamentos de saúde e estas só se entendem como autocrítica. Saliou que os serviços hospitalares farmacêuticos são uma importante estrutura nos hospitais, verificando-se atualmente um acentuado desinvestimento no SNS, que leva a que muitos funcionem em espaços físicos desadequados e cada vez mais degradados, a que acresce a falta de profissionais, que se agravou em 2018, razões pelas quais o PSD recomenda ao Governo a contratação imediata de profissionais, a realização urgente dos investimentos que se revelem necessários e a aprovação da regulamentação do internato para farmacêuticos hospitalares.

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR do PCP, que também realça a importância dos serviços farmacêuticos na prestação de cuidados de saúde, estando, como muitos outros, confrontados com escassez de profissionais e dificuldades na substituição de trabalhadores, bem como com falta de condições quanto aos equipamentos e instalações. Considera que estas dificuldades não são de agora e não desvaloriza os avanços alcançados nesta legislatura, que são ainda insuficientes, pelo que



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.º SL

recomenda ao Governo que elabore um plano de investimento, com calendarização e prazos de execução, bem como um plano de investimentos e contratação, para todos os serviços hospitalares do SNS, precedido do levantamento da falta de profissionais e das condições do edificado e instalações, equipamentos e sistemas de informação.

Seguiu-se o debate, em que usou da palavra o Deputado António Sales, do PS, que frisou que o orçamento de saúde para 2019 foi aumentado e reforçado, e que o PSD e CDS-PP votaram contra esse reforço. As verbas foram reforçadas para se poder recrutar pessoal, comprar equipamentos e fazer investimentos, mas não se pode fazer tudo de um dia para o outro e neste momento não existem propostas de investimento em serviços farmacêuticos que estejam a aguardar decisão no Ministério da Saúde.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Presidente deu por encerrada a discussão.

A informação relativa à discussão dos PJRs 2082, 2092, 2102 e 2114 será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita audição do Coordenador do Grupo Técnico Independente (GTI) constituído pelo Governo, através do Despacho n.º 9317/2017, de 23 de outubro, destinado a avaliar os Sistemas de Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde, a fim de obter esclarecimentos sobre as conclusões e recomendações do respetivo Relatório Final

O Presidente informou ter dado entrada, ontem, um requerimento do PS sobre este mesmo assunto, que não consta da OD por não ter sido enviado no prazo regulamentar, pelo que será discutido na próxima reunião.

O Deputado Ricardo Batista Leite apresentou o requerimento do PSD, a solicitar a audição do Coordenador do Grupo Técnico Independente (GTI) constituído pelo Governo, através do Despacho n.º 9317/2017, de 23 de outubro, destinado a avaliar os Sistemas de Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde, a fim de obter esclarecimentos sobre as conclusões e recomendações do respetivo Relatório Final, pedindo ainda que o Governo envie esse Relatório, de imediato, à Comissão de Saúde. Referiu que, tendo o Relatório sido entregue pelo GT ao Governo no verão de 2018, estranha que não tenha ainda chegado à AR.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.º SL

O Deputado António Sales disse registar que o requerimento do PS, sobre o mesmo assunto, não pode ser discutido conjuntamente com o do PSD. A propósito da questão em análise, lembrou que nunca o sistema de saúde foi tão transparente, havendo livre acesso do cidadão às informações e aos indicadores que são mensalmente disponibilizados. Todavia, os problemas existem e por isso mesmo é que o Governo criou este GT, pelo que será útil ouvir os seus esclarecimentos sobre esta matéria. Requereu ainda, oralmente, que seja igualmente ouvida a ACSS sobre este assunto.

O Deputado Moisés Ferreira informou acompanhar os requerimentos, dizendo que o Tribunal de Contas já deu esclarecimentos a propósito deste tema, aquando da sua audição em Comissão, mas não se opõe a estas audições.

A Deputada Isabel Galriça Neto atribuiu a maior gravidade aos factos relatados pelo GTI, que o PS desvaloriza, sendo prioritário que seja obtido um cabal esclarecimento.

A Deputada Carla Cruz acompanha igualmente os requerimentos, não sendo este tema novo na Comissão, pois já se realizaram audições a este propósito. O Tribunal de Contas informou, durante a sua audição, que o expurgo das listas de espera era uma prática reiterada de sucessivos Governos, não era exclusivo deste. Deu conta de que não concorda com esta prática e considera importante que haja esclarecimentos.

O Deputado Ricardo Batista Leite pediu ao Presidente que clarificasse uma questão procedimental, relativamente ao termo do prazo de envio de documentos, para que possam constar da OD da reunião seguinte.

O Presidente considerou pertinente a questão e, depois de uma troca de impressões sobre o assunto, foi deliberado que se manteria o prazo que está em vigor, até ao final de sexta-feira, para a inscrição de assuntos na OD seguinte. Todavia, havendo requerimentos conexos com algum que já esteja agendado, poderão dar entrada até ao final de terça-feira.

O requerimento do PSD e o requerimento oral do PS foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

15:30 *Audição conjunta dos responsáveis do serviço de pediatria e da urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta, requerida pelo PSD, para obter esclarecimentos acerca das atuais condições de funcionamento, «em especial no seu serviço de pediatria e na urgência pediátrica e, bem assim, conhecer as medidas tomadas para*



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.ª SL

*garantir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados às crianças e jovens que ali ocorrem»*

O Presidente deu as boas-vindas ao Responsável pelo Serviço de Pediatria e pela Urgência Pediátrica do Hospital Garcia de Orta, Dr. Anselmo Costa.

O Deputado Luís Vales apresentou o requerimento do PSD que solicitou esta audição, para obter esclarecimentos acerca das atuais condições de funcionamento, «*em especial no seu serviço de pediatria e na urgência pediátrica e, bem assim, conhecer as medidas tomadas para garantir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados às crianças e jovens que ali ocorrem»*, assinalando que a pediatria neste Hospital funciona abaixo dos mínimos exigíveis em termos de profissionais.

A Deputada Catarina Marcelino considerou que já houve melhoria, mas que terá de melhorar ainda mais. Pediu que o responsável pela pediatria identificasse os problemas com que se defronta e fizesse um esclarecimento sobre se está algo em risco.

O Deputado Moisés Ferreira pediu que o Dr. Anselmo Costa descrevesse a situação atual na urgência pediátrica, perguntando o que seria necessário para resolver os problemas e quais as dificuldades na fixação de profissionais neste hospital.

A Deputada Isabel Galriça Neto salientou que há um padrão no comportamento do PS que é de desvalorização dos factos graves e que as denúncias são muito preocupantes, porque é a saúde das crianças que está em causa. Perguntou desde quando está a tutela a par da situação, o que fez para a resolver, quais os rácios atuais de profissionais e em que condições estão os internos a fazer formação.

A Deputada Paula Santos pediu seriedade no tratamento deste tema, com o qual há muito o PCP se preocupa, perguntando qual tem sido a evolução de pediatras nos últimos anos neste hospital, quantas vagas foram alocadas a esta especialidade nos concursos e quantas foram preenchidas e como estão a dar resposta às necessidades.

O Dr. Anselmo Costa fez uma apresentação em power point para responder às questões colocadas, facultando dados sobre os primeiros anos do serviço de Pediatria no Hospital Garcia de Orta, sobre o seu crescimento, em especial nos últimos 25 anos, salientando que a situação é difícil, tendo em conta as rescisões, saídas e as vagas não ocupadas. Falou da equipa de pediatria por setores assistenciais, dando exemplos



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.ª SL

da constituição de equipas nas urgências em vários dias, em que os problemas se agudizam pela falta de profissionais.

Na segunda ronda fizeram intervenções, para comentar e agradecer as informações dadas, os Deputados Luís Vales, Catarina Marcelino, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Dr. Anselmo Costa respondeu em conjunto.

O Presidente agradeceu a disponibilidade do Responsável pela Pediatria do Hospital Garcia de Orta para esta audição, dizendo que pode contar sempre com a Comissão de Saúde.

A gravação áudio/vídeo da audição poderá ser acedida neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação áudio da reunião ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 25 abril 2019.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 166/XIII/ 4.º SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Adão Silva  
Francisco Rocha  
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Teresa Caeiro